

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIA PETRIU

O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARA A SALA DE
RECURSOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO
PERCURSO

MATINHOS
2011

JULIA PETRIU

O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARA A SALA DE
RECURSOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO
PERCURSO

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Educação do Campo,
Setor Litoral, Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de especialista.

Orientador: Silma Cortes da Costa
Battezzati

MATINHOS
2011

O TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA ZONA RURAL PARA A SALA DE RECURSOS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PERCURSO.

Julia Petriu¹

Silma Cortes da Costa Battezzati²

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo de caso, onde se observou as condições do transporte escolar dos educandos da zona rural para as Salas de Recurso – SR na sede do município de Prudentópolis. Iniciamos o estudo buscando contextualizar o trabalho realizado nas SR enfatizando sua fundamental contribuição para a efetivação da prática educativa inclusiva. O relato da experiência vivenciada no ano letivo de 2010 evidencia as dificuldades de acesso pelos estudantes da educação básica da escola, aqui nomeada, Sonhos Especiais residentes nas áreas mais afastadas do centro da cidade até a S.R. Finalizamos o relato apresentando não apenas a constatação de um problema, mas, também, as possíveis alternativas para melhorar o acesso à Educação Inclusiva pelos estudantes que vivem no campo.

Palavras-chave: Inclusão, Educação do Campo, Acesso a Escola.

CONTEXTO.

1 Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-Ead, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Telêmaco Borba, e-mail: juliapetriu@yahoo.com.br.

2 Educador Orientador, UFPR Litoral.

Conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96³, a educação brasileira, direito de todo cidadão, vem passando por inúmeras transformações que demandam novas posturas e novos olhares, tanto por parte da comunidade escolar quanto do poder público. No Título III, do Direito à Educação e do Dever de Educar - Art. 4º a Lei determina:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Embora a LDB deixe claro o Direito à Educação e de Educar a todos, e que muito tenha sido feito pelos órgãos públicos, muitos desafios ou entraves ainda precisam ser enfrentados e resolvidos pela sociedade - comunidades de educadores, pais; etc. A inclusão educacional dos estudantes da zona rural constitui-se num desses desafios.

A inclusão educacional implica no reconhecimento de uma sociedade cuja base está assentada no multiculturalismo⁴, ou seja, conforme explica Marcus Vinícius Reis, na existência de oportunidades para convivência pacífica entre as pessoas de um país, região ou local em que predominam diferentes culturas, tradições ou “visões de vida e valores que exigem que suas instâncias sejam capazes de identificar a diversidade do seu contexto e de dar respostas aos diferentes interesses, desejos e necessidades de seus sujeitos”. (MACEDO e SOUZA, 2008)

Nesse sentido, mobilizam-se no âmbito da comunidade escolar bem como na esfera do poder público diversas discussões em torno da prática escolar, na busca de ações que cada vez mais resultem em possibilidades de

3 Advogado, máster em direitos fundamentais pela Universidade Carlos III de Madri. Disponível em: portal. Mec. Gov. Br/arquivos/pdf/ldb.pdf Acesso em 18-04-2011

4 Multiculturalismo e Direitos Humanos

um redirecionamento que favoreça o desenvolvimento global, o preparo para o trabalho e a inserção social dos alunos com necessidades especiais.

Essa percepção, da importância da inclusão de pessoas com necessidades especiais no contexto educacional, vem sendo respaldada no Brasil por preceitos teóricos defendidos por importantes estudiosos, tais como Faria (1999); Mazzotta (1996), Sassaki (1997), e de acordo com a Constituição Federal (1988), Declaração de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca - Necessidades especiais em sala de aula (1994), LDB nº. 9394/96, e Decretos e Legislações suplementares em nível estadual e municipal.

Nesse contexto a Constituição Federal (1988), estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação, preferencialmente, na rede regular de ensino (inciso III do art. 208 da CF), visando a plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade e o direito à educação em escola de ensino regular como forma de assegurar plenamente o direito de integração na sociedade.

A Declaração de Educação para Todos (1990), destaca que:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo.

Já a Declaração de Salamanca (1994) é um documento importante que muito contribui para o direcionamento das políticas públicas para a Educação Especial, em seu contido reafirma o direito a igualdade de oportunidades a

toda pessoa. A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por sua vez, fundamenta-se nos preceitos contidos nesse documento e por isso trata da Educação Especial e Inclusiva visando garantir o acesso, permanência e progresso dos alunos com necessidades especiais em sala de aula.

Considerando a legislação da educação nacional vigente, a Lei 9394/96 entendemos que para diminuir as barreiras impostas aos educandos da zona rural que possuem algum tipo de necessidade educacional especial foram criadas no município de Prudentópolis⁵ as Salas de Recursos – S.R. Que se caracterizam como espaços de relevante importância para o atendimento aos estudantes com algum tipo de necessidade especial, como por exemplo, portadores de dislexia, déficit de atenção, TDH e dificuldades de aprendizagem em geral, pois segundo o Capítulo V da Lei 9394/96 – da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Segundo a ABD (Associação Brasileira de Dislexia) Dislexia é definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula.

Ao contrário do que muitos pensam a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio econômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico.

5 **Prudentópolis** é um município brasileiro do estado do Paraná. Sua população estimada em 2010 é de 48.793 habitantes . Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Prudent%C3%B3polis>. Acesso em: 23/02/11

TDAH é um transtorno no qual a criança portadora apresenta sintomas de hiperatividade e impulsividade o que leva a uma dificuldade do processo de aprendizagem (FACION, 2007), e por isso muitas vezes as crianças são rotuladas como indisciplinadas, pois não conseguem manter-se envolvidas por muito tempo em uma mesma atividade. Outro fato que ocorre com grande frequência nas escolas é definir como hiperativo alunos que realmente são indisciplinados.

Ainda outro transtorno bastante comum e que também causa atraso na aprendizagem e requer atendimento educacional especializado é o Déficit de Atenção. Conforme exposto por FACION (2007) o aluno apresenta uma dificuldade de concentrar e de manter concentrada a atenção em objetivo central, e assim apresenta uma grande dificuldade para discriminar, compreender e assimilar o foco central de um estímulo (idem).

Dificuldades de aprendizagem em geral, podem ser compreendidas como toda e qualquer alteração no desenvolvimento educacional. É importante diagnóstico precoce sobre tais dificuldades para que a pessoa possa receber atendimento especializado o mais breve possível, pois, em alguns casos, em pouco tempo a pessoa pode superar a dificuldade enfrentada. As causas das dificuldades enfrentadas também são variadas e merecem ser investigadas. Algumas podem ser de ordem emocional, outras decorrentes de condições precárias de sobrevivência ou de ordem neurológica.

Continuamente os educandos oriundos das diversas escolas do município de Prudentópolis são atendidos de forma individual e por profissional especializado, que presta atendimentos conforme necessidades apresentadas. Estes profissionais são professores da rede municipal de ensino, especialistas em educação especial que atuam nas S.R. Entretanto, para o educando da zona rural chegar até este centro de apoio precisa enfrentar uma verdadeira maratona, pois o transporte escolar existente no município é precário e, além dos veículos, as estradas, a distância e o pessoal de apoio (motoristas) também enfrentam problemas que dificultam o acesso pelos educandos a S.R.

A questão do transporte também afeta a vida de outras pessoas que vivem na zona rural, bem como o deslocamento dos educandos para estudar no ensino comum. Principalmente aqueles educandos que necessitam de um apoio especializado em sala de recursos, como, por exemplo, de atendimento por fonoaudiólogos e/ou psicólogos. Solicitados após a avaliação pedagógica realizada pelos professores do ensino comum e pela equipe multidisciplinar do setor de educação especial e inclusiva da Secretaria Municipal de Educação. Assim, depois de tal avaliação os educandos são encaminhados para o atendimento Especializado na S. R na sede do município.

Estes educandos precisam se deslocar para o atendimento em veículos que fazem as linhas rurais e que também conduzem os estudantes das séries iniciais, 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e ensino médio, nos períodos da manhã e da tarde, para estudar na cidade. Em outras palavras, os educandos são encaminhados para SR para atendimentos no período de contra turno, ou seja, quando chegam aos colégios um veículo os leva até as escolas em que estão localizadas as R.S. Isso faz com que precisem permanecer nas escolas por um período integral nos dias de atendimento. Pois depois de serem atendidos esperam o motorista para levá-los de volta aos colégios e, só então, retornarem para suas casas.

Alguns vêm acompanhados de um responsável para não faltarem às aulas. Na cidade existe transporte exclusivo – automóvel e motorista - que faz a rota dos educandos atendidos em grupos de 2 em 2 horas, porém na zona rural há apenas o transporte escolar que faz a rota do ensino regular transportando os alunos nos horários de início e término das aulas. Em algumas localidades ainda mais distantes estes alunos não podem contar nem mesmo com o transporte escolar, precisando utilizar condução própria ou ônibus de linha.

Diante do exposto e visando contribuir para melhorias na locomoção dos educandos com necessidades especiais, esta pesquisa teve por objetivo analisar, a partir do ponto de vista dos educandos, bem como de seus

familiares, as maiores dificuldades presentes nos percursos de suas casas até a S.R. As informações sobre essas dificuldades foram coletadas por meio de conversas com os pais e com os próprios educandos.

Com os dados dessa investigação espera-se conseguir elencar algumas sugestões na direção de melhorar o transporte escolar, o aproveitamento escolar e o crescimento desse alunado, pois muitas vezes os educandos faltam aos atendimentos e as aulas por problemas de saúde ou porque na zona rural o transporte escolar não é realizado em dias de chuvas.

Por outro lado, mesmo com estes problemas os educandos são, geralmente, muito assíduos, pois parecem gostar de freqüentar aos atendimentos e as aulas, e se sentem estimulados para trabalhar com materiais diversificados e lúdicos, como por exemplo, brinquedos e jogos no computador.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência descrita foi vivenciada pela autora desse estudo no seu ambiente de trabalho, conforme narrativa a seguir.

Em meados de 2008 iniciamos as primeiras atividades como professora de SR em uma escola da rede municipal urbana em Prudentópolis. Na escola Municipal Sonhos Especiais. Os educandos atendidos vinham de diversas outras escolas, de acordo com suas necessidades e proximidade da S.R. Para garantir o pleno atendimento desses educandos existia um sistema especial equipe desenvolvido nas Salas de Recurso, amparado na avaliação realizada pela multidisciplinar do Departamento de Educação Especial que aponta qual necessidade deve ser trabalhada com cada educando, neste processo se considera desde a elaboração cuidadosa de cada atividade, do material pedagógico e da interação com e entre os educandos no ambiente escolar, até o transporte que busca cada educando em sua casa e o conduz em segurança até a escola.

Embora o referido sistema especial pareça se desenvolver de modo adequado e organizado, a partir das reflexões oportunizadas por observações diárias e pelo estudo de textos e discussões realizadas durante o Curso de Especialização em Educação do Campo foi possível perceber um detalhe extremamente importante, porém, aparentemente pouco abordado por muitos docentes no contexto educacional de Prudentópolis: a importância do transporte escolar para prestação de um efetivo atendimento aos educandos com necessidades especiais.

Quando no referimos a Educação do Campo, muitas vezes nos remetemos as questões indígenas, do MST⁶ e outras situações basicamente rurais, entretanto, é importante lembrar que os educandos da zona rural, que freqüentam as escolas urbanas onde predomina cultura social do urbanismo, trazem consigo suas experiências e cultura próprias. Muitos desses educandos também apresentam necessidades especiais e precisam ser encaminhados para atendimento nas salas de recurso.

Isto posto, a questão que envolve a educação especial merece, no nosso entendimento, atenção especial quando contextualizamos a educação do campo. Assim, diante dessa constatação buscamos incorporar em nossa prática pedagógica conhecimentos que respeitem a cultura desse alunado e que auxiliem seu desenvolvimento físico e intelectual, visando, a superação das dificuldades de aprendizagem. Nesse contexto, a maior dificuldade detectada diz respeito as difíceis condições enfrentadas para chegarem à escola. Dificuldades decorrentes da falta de transporte exclusivo para atendê-los. Esta preocupação justifica, portanto, o tema abordado nesse estudo - Transporte Escolar para Educandos com Necessidades Especiais da Zona Rural do município de Prudentópolis, pois acreditamos que a disponibilização de meios adequados de transportes é fator crucial para a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem destes educandos.

6 Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Embora no país as lutas sejam cada vez mais fortes pela implantação de escolas nas áreas rurais, o atendimento oferecido pelos órgãos públicos ainda não atende totalmente a demanda de muitas regiões e, por isso, muitos educandos, alguns portadores de necessidades especiais leve, da zona rural precisam freqüentar escolas urbanas. Grande parte desses educandos trabalha em um turno e no outro freqüenta a escola, e para chegarem à sala de aula enfrentam sérios desafios como estradas mal cuidadas, veículo sem manutenção e até mesmo profissionais sem a qualificação necessária para realizar o transporte, fatores que podem dificultar sensivelmente o desenvolvimento da aprendizagem.

Os educandos da sala de recurso recebem atendimento em contra turno as atividades escolares regulares e são, na maioria, crianças que ainda não trabalham, mas que mesmo assim sofrem com a precariedade do transporte escolar.

Diante dessa constatação, passamos a repensar nossa postura de educadora, ciente de não ser suficiente apenas desenvolver atividades pedagógicas, ou seja, percebemos a necessidade de um envolvimento com toda a comunidade escolar, pois muitos educandos freqüentavam a escola apenas duas tardes por semana devido aos problemas de transporte escolar e, assim, acabavam perdendo muitos dias de aulas, e quando compareciam para aos atendimentos tinham que ficar na escola às quatro horas referentes ao período de atendimento devido à falta de transporte para retornarem as suas casas. Em outras palavras, saem de casa pela manhã para irem à escola e só retornam as suas casas no fim da tarde. Dependendo da localidade demoram de 6 a 7 horas para retornarem aos seus lares.

2.1. O TRANSPORTE ESCOLAR E SEUS DESAFIOS

Neste momento passamos a aprofundar reflexões sobre as condições de transporte para locomoção dos educandos da zona rural de Prudentópolis.

Pesquisas recentes, a exemplo do estudo intitulado “A Pesquisa Transporte Escolar Rural: Levantando Dados Qualitativos como Subsídio às Políticas Públicas (mimeo)”⁷ vem apontando para as dificuldades enfrentadas por muitos municípios brasileiros no que diz respeito ao transporte escolar. O município de Prudentópolis não se exclui desta realidade, conforme foi constatado nesta pesquisa, pois ao elencarmos os entraves desse processo muitos fatores se apresentam como dificultadores para o acesso à escola por todos os educandos.

Nesse trabalho analisamos especificamente as dificuldades enfrentadas pelos educandos com necessidades educacionais especiais, pois entendemos que existem muitas crianças em idade escolar que residem nas áreas rurais do município de Prudentópolis que necessitam deslocar-se até a cidade para receber atendimento adequado. Porém, as condições geográficas e climáticas, além de fatores econômicos e administrativos somados, contribuem para a existência de grandes dificuldades acerca da manutenção das estradas na região do município, o que dificulta sensivelmente o acesso de todos os educandos a escola, portanto se constituem como fatores que provocam grandes barreiras para a locomoção dos portadores de necessidades especiais. Considerando esse contexto, buscamos elencar possíveis alternativas para o melhoramento de acesso à Educação Inclusiva pelos estudantes que vivem no campo, quais sejam:

A primeira seria garantir o atendimento do educando na própria escola, onde o mesmo frequenta o ensino regular oferecendo-lhe condições de permanência e progresso em turmas com número reduzido de aluno e através do incentivo a todos os profissionais, ou pelo menos àqueles que atuam em turmas com educandos que apresentam algum tipo de necessidade

7 Realizado pelos pesquisadores da Universidade de Brasília - Rejane Arruda Ribeiro, Reinaldo Soares Estelles - Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – Ceftru/UnB.

educacional especial, oportunizando a estes profissionais uma formação inicial e continuada no sentido de promover sua especialização no atendimento de todas as crianças independente de suas especificidades.

A segunda alternativa que seria aplicada quando a primeira não fosse realmente possível, trata-se da criação de SR nas escolas nuclearizadas⁸. Para atender os seus próprios alunos e também os das demais escolas de sua região, pois assim o acesso seria facilitado e o educando poderia ser atendido no local onde reside, sem necessidade de deslocar-se até a cidade.

A terceira alternativa é fundamental e imprescindível para a efetivação de qualquer uma das duas alternativas anteriores – A garantia do transporte escolar adequado a todos os alunos – para isso é necessário investir na adaptação dos veículos e no treinamento dos motoristas, não apenas daqueles destinados a Educação Especial, mas todos, pois a inclusão educacional deve começar pelo acesso de todo educando a escola.

Estas três alternativas vão ao encontro da seguinte situação: imaginemos um educando cadeirante que reside numa comunidade da zona rural de Prudentópolis, este educando nem sempre dispõe de algum tipo de transporte que passe em frente ou próximo da sua casa como, geralmente, ocorre com os educandos com necessidades educacionais especiais que residem em algumas cidades, precisando, portanto, se deslocar até onde haja transporte. Em outros termos, para receber atendimento especializado o educando e seus familiares vivem uma verdadeira maratona, pois as estradas rurais da região não oferecem condições de deslocamento para cadeirante, assim sendo, alguém precisa ajudar o cadeirante na sua locomoção até o ponto onde passa o transporte escolar. Ao ter acesso ao meio de transporte o educando enfrenta outra dificuldade, os ônibus não são adaptados e em muitas localidades não existem pontos de ônibus, assim o transporte é feito por veículos alternativos como caminhonetes, vans, rurais ou qualquer outro tipo de

⁸ Escolas que atendem varias comunidades que se formam ao seu redor.

veículo capaz de transitar nas estradas precárias, pois são os únicos meios para acesso às várias comunidades.

Ainda nesse contexto, destacamos as dificuldades enfrentadas pelos cegos ou pessoas com baixa capacidade de visão, ou ainda com qualquer outro tipo de necessidade especial, que além de enfrentar todos os dias os diversos desafios de locomoção ainda se deparam com a falta de preparo por parte de alguns motoristas, pois embora haja um transporte exclusivo para esse alunado, esse serviço só é oferecido na zona urbana, portanto podemos observar situações que nos levam a pressupor a necessidade de uma formação adequada para o exercício de tal função. Uma formação que contemple, por exemplo, habilidade dos motoristas para o reconhecimento e cuidado com as principais necessidades educacionais apresentadas pelos educandos que usam o mesmo transporte. Pois, sabendo que um educando com TDAH pode ser desatento e impulsivo o motorista irá acompanhá-lo até a sala de aula para que o mesmo não corra o risco de distrair-se ou voltar para a rua onde há movimento de carros, o que significa um risco para sua vida. São simples ações como estas que vão fazer todo o diferencial no trabalho de um motorista e para isso não há necessidade de cursarem uma faculdade, mas seria importante que participassem continuamente de cursos oferecidos por profissionais da área da Educação Especial, que os orientariam e ofereceriam informações básicas sobre cada tipo de necessidade educacional especial, dispensando assim, formas mais adequadas de tratamento para cada educando.

Portanto, ao pressupor que os motoristas não fazem cursos de formação continuamente destacamos a necessidade de se oferecer treinamento diferenciado a tais profissionais, pois os educandos por eles transportados necessitam de atendimentos especiais.

Ao refletir sobre todos os desafios enfrentados pelos educandos e visando aproveitar melhor o tempo que permaneciam na escola elaboramos um projeto para ser desenvolvido com esses estudantes. A seguir apresentamos relato detalhado sobre o referido projeto. O projeto foi desenvolvido durante o período do ano letivo de 2010 e, inicialmente buscamos obter informações legais, por meio de contato com a Secretária Municipal de Educação, sobre a permanência desses educandos nas escolas, durante o período de 4 a 6 horas semanais na SR, em dias alternados e em horários definidos de acordo com o cronograma interno realizado por esta pesquisadora e outra professora.

Nesse cronograma constam os registros sobre o atendimento de cada educando. Assim buscou-se analisar os horários que os educandos são atendidos e o tempo que ficam aguardando o transporte escolar, uma vez que o tempo de atendimento na sala de recursos é de 2 horas semanais diárias, podendo variar entre 4 a 6 horas semanais, quando necessário.

Quando falamos em informações legais queremos deixar claro que primeiramente buscamos orientações junto a Secretária Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação para compreender como poderíamos garantir a permanência dos educandos na escola fora dos horários de atendimentos e, assim, permitir que nesse tempo continuassem realizando atividades e recebessem atendimento especializado. Pois nas escolas rurais da região há um número pequeno de educandos por isso nem todas comportam espaço especial para uma S.R. Enfim, com base nas informações obtidas o projeto foi desenvolvido considerando algumas importantes situações e atividades.

Os custos para a prefeitura manter uma professora exclusiva para realizar atendimentos, juntamente com os custos relativos ao transporte especial para estes educandos, também podem interferir na definição de um espaço especial para uma S.R. bem como no desenvolvimento contínuo das atividades, pois os educandos são de diversas localidades rurais do município, fator que muitas vezes torna difícil sua permanência nas escolas fora dos horários de atendimentos. Isto posto, durante a permanência dos educandos

na escola fora do horário de atendimento – em média por 4 horas por dia, buscamos organizar atividades pedagógicas extras, como por exemplo: jogos, atividades pedagógicas de informática educacional, blocos lógicos, Tangran⁹ porém foi necessário cuidado para que tais atividades não se tornassem exaustivas, por isso analisamos a realidade vivida no cotidiano desses educandos para melhor planejar as ações educativas, assim optamos por trabalhar com a construção de alguns jogos. A análise da realidade vivida no cotidiano foi feita por meio de observação e reflexão dos estudos teóricos e da legislação vigente.

Os educandos na área rural, geralmente, vivem em seu cotidiano experiência de construir seus próprios brinquedos, improvisando com o uso de simples materiais disponíveis para isso. A iniciativa de construir jogos em sala partiu dessa experiência por eles vivenciada, a partir de seus conhecimentos habilidades construídos de forma espontânea enquanto brincam, assim buscou-se elaborar atividades que favorecessem o raciocínio lógico, a concentração além da esquematização de seus conhecimentos.

As atividades realizadas pelos educandos da zona rural, foram às mesmas aplicadas no atendimento dos demais educandos da zona urbana, porém, com algumas adaptações que foram feitas de acordo com as necessidades do alunado em questão. Em outras palavras, no centro de atendimento cada atividade desenvolvida com os educandos foi dirigida e. Realizada com finalidade lúdica e uso de material concreto, como por exemplo: alfabeto móvel, silabário, palavras cruzadas, dominós, jogo da memória, quebra-cabeças etc., visando aperfeiçoar a compreensão e assimilação da leitura e da escrita de palavras, minimizar as dificuldades ortográficas, de construção de frases, produção e interpretação de textos etc., jogos coletivos e individuais também foram realizados com o objetivo de se desenvolver a atenção, memória, raciocínio, concentração etc., estimulando o pensamento

9 Tangram é um quebra-cabeça chinês formado por 7 peças (5 triângulos, 1 quadrado e 1 paralelogramo) Com essas peças podemos formar várias figuras, utilizando todas elas sem sobrepô-las.)

concreto, mental e a seleção, comparação, ordenação de ideias, classificação
ordenação, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos feitos não nos restam dúvidas sobre a importância das salas de recursos como espaços que contribuem para o desenvolvimento dos estudantes da zona rural portadores de necessidades especiais, embora a temática da nossa pesquisa reflita sobre as dificuldades que os estudantes enfrentam para chegar até a escola, pois entendemos ser de relevante importância conhecer o funcionamento das salas recursos para intensificarmos políticas públicas que promovam a melhoria do transporte escolar na região. Em outras palavras, faz-se necessário a realização de discussões e ações voltadas a minimizar a precariedade do transporte escolar rural, pois essa precariedade traz grandes prejuízos para todos os estudantes com necessidades especiais, independentemente de suas especificidades.

Nesse contexto também é necessário pontuar que, aparentemente, os educandos que não necessitam de atendimento especializado têm mais facilidades para recuperar os dias de aulas perdidos, pois podem copiar os conteúdos ou participar de aulas em horários extras, questão complicada para a maioria dos estudantes portadores com necessidades especiais, uma vez que o atendimento é todo planejado e acontece de forma seqüencial, individual e especial, não podendo, portanto, ser prosseguido para uma nova etapa sem que seja concluída a anterior, pois estes educandos não dispõem de tempo para repor as aulas perdidas.

Ao término deste estudo, pode se afirmar que o objetivo inicial, analisar a partir do ponto de vista dos educandos, bem como de seus familiares, as maiores dificuldades presentes nos percursos de suas casas até a S.R. foi atingido, uma vez pode-se melhor visualizar a questão referente às dificuldades enfrentadas pelos educandos com necessidades especial no percurso para chegar a escola ou a sala de recurso, dessa forma é imprescindível buscar meios para que as três alternativas apresentadas possam ser implementadas afim de possibilitar melhorias acerca dos problemas decorrentes da

precariedade do transporte escolar, entretanto, não as apresentamos como certeza absoluta, tendo em vista que o tema está aberto a novas pesquisas e que pesquisar é sempre um processo dialético e contínuo que vai se construindo gradativamente a partir do levantando de novos questionamentos que contribuam para o constante melhoramento da educação.

Por outro lado, é impossível negar que a inclusão educacional ainda enfrenta vários obstáculos e desafios, alguns ainda passam despercebidos por certos educadores, que muitas vezes estão mais preocupados em apresentar resultados, atingir metas e cumprir determinado programa de conteúdos sem se preocupar ou reconhecer os problemas extra curriculares que também dificultam o progresso escolar das crianças que necessitam atendimento especializado, como é o caso do transporte escolar.

Outra preocupação, que no nosso entender dificulta o progresso escolar das crianças, diz respeito aos fatos de que em diversas situações podemos ouvir pessoas se referindo aos educandos de salas especiais com termos pejorativos, como por exemplo, retardado, aluno fraco entre outros.

Em outras situações, e com mais frequência, é muito comum haver resistência por parte da família, muitos pais sofrem para aceitar que o filho é especial, sendo essa a primeira barreira a ser vencida para o incio da inclusão de um aluno especial. Podemos perceber certa resistência familiar em aceitar o fato de o filho ser portador com necessidade especiais, notadamente quando se trata de educando da área rural, pois muitas vezes tal resistência está relacionada ao fato de o preconceito ser muito presente, como mencionado no início deste parágrafo, assim, muitos pais optam por afastar seus filhos da escola para poupá-los de constrangimentos e situações desagradáveis. Este fato se agrava uma vez que muitos pais precisarem dispor de tempo e cuidado para encaminhar e garantir o acesso de seu filho até a S.R., porém, embora muitos não tenham esse tempo acabam tendo que deixar de lado seus afazeres para acompanhar o educando até o ponto onde passa o transporte e escolar e aguardar a hora de ir buscá-lo no fim dia, pois os caminhos

percorridos muitas vezes são longos e oferecem condições de risco de acidentes.

Enfim, apesar de todos os entraves ressaltamos que a escola é um dos principais espaços de convívio social e de desenvolvimento do ser humano, e por isso educandos com necessidades especiais não podem ser privados das oportunidades de freqüentar o ambiente escolar. Nesse contexto, faz se necessário rever as condições de acesso para a escola, bem como pensar em projetos de criação de Salas de Recursos nas escolas do interior, em locais mais próximos dos educandos. Alternativa que já vem sendo realizada em algumas cidades é o incentivo a especialização e qualificação dos professores do ensino regular, a fim de garantir que esses tenham condições de realizar um trabalho adequado e que garanta o progresso escolar de todos os educandos independente de suas questões especiais. Por fim, mediante ações como as citadas anteriormente, pode-se facilitar e estimular o processo de inclusão educacional e social desses educandos, assegurando-lhes direitos e oportunidades.

Diante dos relatos feitos não nos restam dúvidas sobre a importância das salas de recursos como espaços que contribuem para o desenvolvimento dos estudantes portadores de necessidades especiais da zona rural, pois entendemos ser de relevante importância conhecer o funcionamento das salas de recursos para intensificarmos políticas públicas que promovam a melhoria do transporte escolar na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal: Centro Gráfico, 1998.

_____, **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**; Resolução n. 1, de 7/4/1999, Brasília: MEC, 1999

_____, **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: *portal. MEC.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf* . Acesso em 18/04/2011

_____, **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

FACION, José Raimundo. **Transtorno do desenvolvimento e do comportamento**. Curitiba, Ibepe, 2007.

FARIA M. C. C. S. **O direito de ser diferente em sociedade**: a problemática da integração escolar. In. Revista Brasileira de educação especial, n. 10, janeiro/abril. São Paulo: UFSCAR, 1999.

MACEDO, J. R. e SOUZA, Ely. **Inclusão social do surdo**: um desafio à sociedade, aos profissionais e a educação, Belém 2002. Disponível em http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/inclusao_social_do_surdo.pdf . Acesso em 16/04/2011

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

REIS, Marcus Vinícius. **Multiculturalismo e Direitos Humanos** (mimeo s/d).

Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senado/spol/pdf/ReisMulticulturalismo.pdf>

RIBEIRO, Rejane Arruda. ESTELLES Reinaldo Soares. **A Pesquisa Transporte Escolar Rural:** Levantando Dados Qualitativos Como Subsídio Às Políticas Públicas. (mimeo s/d) Universidade de Brasília – UnB. Brasília. Distrito Federal.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Mimeo, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre as necessidades educativas especiais.** Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Brasília: CORDE, 1994.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Imagem 01: Ônibus transporte exclusivo rural e urbano.
Fonte: Imagem produzida pela autora deste estudo.



Apêndice 2 - Imagem 02: Ônibus transporte exclusivo Educação Especial, S. R zona urbana.

Fonte: Imagem produzida pela autora deste estudo.



Apêndice 3 – Imagem 3 : Estrada Rural

Fonte: Imagem produzida pela autora deste estudo.



Apêndice 4 - Imagem 4 Estrada Rural

Fonte: Imagem produzida pela autora deste estudo.



Apêndice 5 - Imagem 5 Transporte da Zona Rural

Fonte: Imagem produzida pela autora deste estudo.

